

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008



RELATÓRIO DE GESTÃO

2 0 0 8

RELATÓRIO DE GESTÃO – Gestão 2008

Conselho Federal de Psicologia – XIV Plenário

DIRETORIA

Humberto Cota Verona
Presidente

Ana Maria Pereira Lopes
Vice-Presidente

Clara Goldman Ribemboim
Secretária

André Isnard Leonardi
Tesoureiro

CONSELHEIROS EFETIVOS

Iolete Ribeiro da Silva
Secretária Região Norte

Maria Christina Barbosa Veras
Secretária Região Nordeste

Alexandra A. Anache
Secretária Região Centro-Oeste

Elisa Zaneratto Rosa
Secretária Região Sudeste

Deise Maria do Nascimento
Secretária Região Sul

CONSELHEIROS SUPLENTE

Maria da Graça Marchina Gonçalves
Andréa dos Santos Nascimento
Aparecida Rosângela Silveira
Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
Jureuda Duarte Guerra
Anice Holanda Nunes Maia
Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo
Acácia Aparecida Angeli dos Santos
Marcos Ratinecas

PSICÓLOGOS CONVIDADOS

Aluizio Lopes de Brito
Roseli Goffman
Maria Luíza Moura Oliveira

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

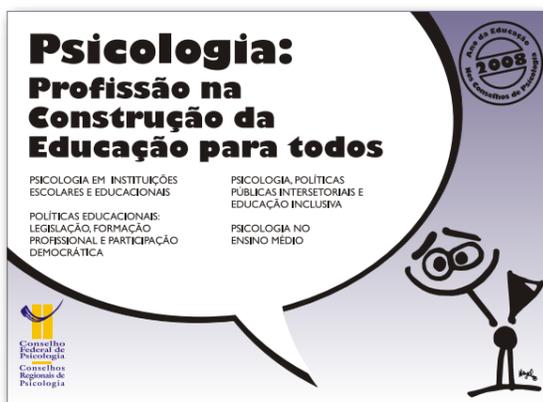
Liberdade de expressão – Agência e Assessoria de Comunicação

sumário

1- Políticas	6
1.1 - Educação	6
1.2 - Direitos Humanos	7
1.3 - Psicoterapia	8
1.4 - Democratização da Comunicação.....	9
1.5 - Trânsito	9
1.6 - Envelhecimento	10
1.7 - Álcool e Outras Drogas	11
1.8 - Criança e Adolescente	11
1.9 - Sistema Prisional	13
1.10 - Mulheres	13
1.11 - Emergências e Desastres	14
1.12 - Saúde	14
1.13 - Psicologia Latino-Americana	15
1.14 - Psicologia e Diversidade Sexual	16
1.15 - Psicologia Organizacional e do Trabalho	16
1.16 - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)	17
2 - Novo site Psicologia On Line	19
3 - Manifesto	20
4 - Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional	21
5 - Publicações	22
6 - Fóruns e representações – 2008	23
7 - Relação das Resoluções do ano de 2008	26
8 - Assessoria Jurídica	27
9 - Assessoria Parlamentar	28
10 - Reuniões do XIV Plenário	29
11 - Sites	30
12 - Administrativo-Financeiro	31
13 - Nova Sede	32
14 - Corpo Funcional CFP 2009	33

1 Políticas

1.1 - Educação



O Sistema Conselhos de Psicologia elegeu 2008 como o Ano da Educação. Nessa ótica, provocou-se grande debate nacional sobre a temática, com a finalidade de pensar, formular e propor políticas e, ao mesmo tempo, criar possibilidades de transformação da realidade da educação brasileira. Dentre as iniciativas do Ano da Educação, destaca-se a realização e/ou participação do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) – em conjunto com entidades do Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB) – em reuniões,

audiências públicas, seminários e outros eventos que enfatizaram a importante contribuição da Psicologia enquanto ciência e profissão na luta pela consolidação de uma educação para todos, respaldada pelos princípios do compromisso social, dos direitos humanos e do respeito à diversidade enquanto fundamento para efetiva inclusão social.

Foram realizados debates e seminários regionais com o objetivo de garantir espaços de discussões coletivas entre psicólogos, demais profissionais da Educação e sociedade.

Por compreender a formação do psicólogo como uma questão educacional que demanda debates de todos os interessados no tema – formadores, formandos e profissionais –, foi elaborado o DVD Formação no ano da Educação, para auxiliar nas discussões regionais. O DVD contou com a participação de especialistas, que problematizaram questões como formação inicial, continuada e pós-graduada, serviços de psicologia, uso de tecnologias nos processos formativos em Psicologia e residências multiprofissionais.

Em 2009, será realizado o seminário nacional, que concluirá essas discussões, as quais contribuirão para a construção e a divulgação de referências técnicas e políticas para a atuação do psicólogo no campo escolar/educacional.

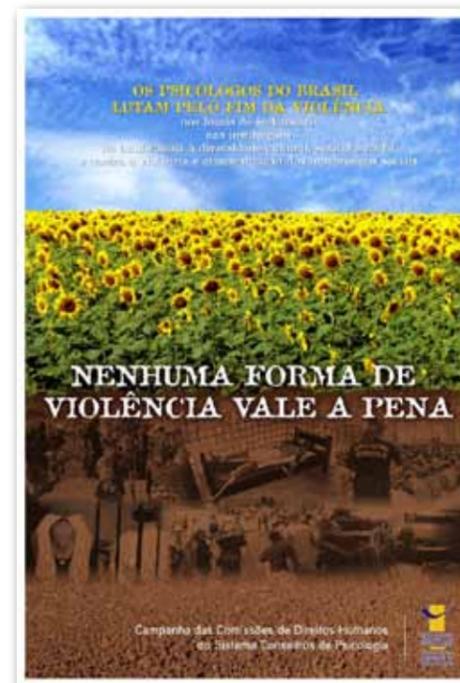
O CFP também esteve presente no Fórum Mundial de Educação, cujo tema foi Educação Cidadã para uma Cidade Educadora. O encontro ocorreu entre 27 e 30 de março, na cidade de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. O objetivo dos psicólogos foi discutir o papel da Psicologia para afirmação de uma educação que cumpra com o caráter público, universal e de qualidade para todos.

A luta pela inclusão da Psicologia no ensino médio foi intensificada. O CFP participou, no dia 10 de junho, de audiência na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, para discutir o tema, enviou ao Congresso Nacional mais de 200 mil assinaturas a favor da Psicologia no ensino médio e divulgou a campanha na Conferência Nacional de Educação Básica e na Conferência Nacional da Juventude.



Em parceria com representantes do Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB), o CFP se reuniu com o ministro da Educação, Fernando Haddad, no dia 3 de novembro, momento em que foi entregue um documento com as contribuições que a Psicologia pode oferecer para a Educação brasileira. As reivindicações, apresentadas ao ministro durante uma longa audiência realizada no MEC, contemplam cinco pontos: Psicologia e educação básica e superior; Ensino da Psicologia no nível médio; a inclusão do ensino da Psicologia no nível médio como disciplina; Psicólogo como membro permanente da equipe escolar e Autorização, reconhecimento e avaliação de cursos de graduação e pós-graduação em Psicologia na escola.

1.2 - Direitos Humanos



O Conselho continua a trabalhar pela garantia dos direitos humanos. Sua Comissão de Direitos Humanos, composta por Ana Luiza de Souza Castro (coordenadora), Fernanda Otoni, Edmar Carrusca, Janne Calhau Mourão, Maria de Jesus Moura e Cláudia Regina Brandão Sampaio Fernandes da Costa, se reuniu quatro vezes presencialmente e realizou três reuniões telefônicas. Em 2008, foi inaugurada a nova Campanha das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos, intitulada Nenhuma forma de violência vale a pena. A campanha pretende enfatizar a luta dos psicólogos do Brasil pelo fim da violência nos locais de isolamento, nas instituições, pelo fim da intolerância à diversidade cultural, sexual e racial e contra a criminalização dos movimentos sociais.

O Conselho promoveu, em parceria com a Associação Brasileira de Ensino de Psicologia (Abep) e com o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da

República (SEDH), o Projeto Direitos Humanos no Ensino de Psicologia. Esse projeto teve como objetivo colaborar com o aprofundamento do debate sobre a Educação em Direitos Humanos nas escolas, o papel que a Psicologia vem desempenhando e a importância da reflexão dessa problemática, desde a graduação, como algo imprescindível na formação de Psicólogos. O projeto foi amplo e contou com diversas ações: realização de um conjunto de quatro mesas relacionadas ao tema, transmitidas on-line, seguidas por oficinas presenciais nos estados organizados pelos Núcleos da Abep e dos Conselhos Regionais de Psicologia; promoção de pesquisa sobre Experiências e Produção Científica em Psicologia e Educação em Direitos Humanos e realização do Seminário Nacional de Direitos Humanos

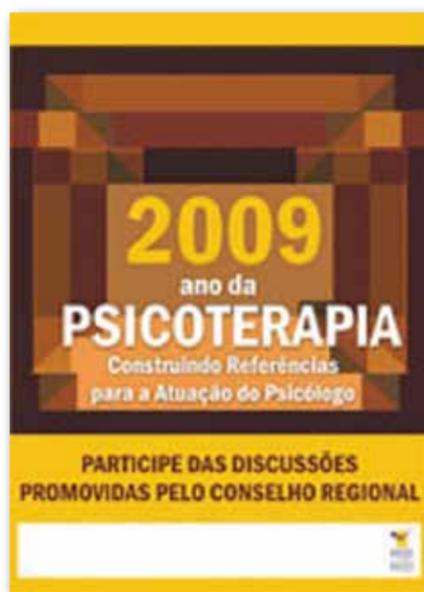


no Ensino da Psicologia, que aconteceu no dia 4 de dezembro de 2008.

Merece destaque também a participação do Conselho Federal de Psicologia no Grupo de Trabalho de Organização da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, ocorrida entre 15 e 18 de dezembro. O CFP foi uma das 14 entidades eleitas pelo Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos (FENDH) para representá-lo nesse grupo. Durante a conferência, o CFP reuniu os psicólogos presentes para uma articulação e lançou duas publicações: a cartilha Falando Sério, uma proposta da Psicologia para o enfrentamento da crise do sistema prisional brasileiro, e o livro Psicologia e Direitos Humanos: Desafios Contemporâneos, uma coletânea de discursos que trata do fazer do psicólogo no âmbito dos direitos humanos.

Também colheu assinaturas para sete moções: contra o monitoramento eletrônico; pela realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental; contra o exame criminológico; pela abertura ampla e irrestrita dos arquivos da ditadura militar; de repúdio à 30ª edição do Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, que concedeu menção honrosa à reportagem Sem hospícios, morrem mais doentes mentais; pela convocação da I Conferência Nacional de Comunicação e pelo fim da publicidade dirigida às crianças.

1.3 - Psicoterapia



O CFP promoveu, em parceria com os CRPs, com a Abrap e a Abep, discussões preparatórias sobre psicoterapia, já que 2009 foi escolhido para os Conselhos de Psicologia trabalharem esse tema. Para que a categoria possa refletir sobre a importância do assunto – visando a discutir a elaboração de um documento-síntese envolvendo Sistema Conselhos, profissionais e entidades, no intuito de alcançar parâmetros mínimos para o exercício da psicoterapia pelos psicólogos –, neste ano foi formada uma Comissão ad hoc, que está elaborando textos de subsídio para os debates regionais. Também foi gravado um DVD sobre o tema, com depoimentos do presidente Humberto Verona (CFP), da Dra. Julieta Quayle (Abrap), da Dra. Mônica Lima (Abep) e do Dr. Luiz Alberto Hanns. O CFP organizou ainda uma mesa de debates no VIII Congresso Latino-Americano de Psicoterapia, promovido pela Abrap, dias 21 e 22 de novembro, em São Paulo.



1.4 - Democratização da Comunicação

Há consenso de que cabe à categoria de Psicólogos interferir na discussão sobre a produção de conteúdos e sobre a leitura crítica da mídia. Nesse sentido, o CFP desenvolveu várias atividades relacionadas à democratização da comunicação. Organizou seis mesas abordando essa temática no Fórum Social do Mercosul, que aconteceu entre 26 e 28 de abril de 2008. O CFP produziu alguns vídeos para discutir e divulgar a democratização da comunicação. Já foram editados três, com as seguintes temáticas: Importância da Conferência Nacional de Comunicação, Manipulação nos meios de Comunicação e Mídia e Subjetividade.

Conferência Nacional de Comunicação Já!

Manteve sua participação na Comissão Pró-Conferência de Comunicação, em



busca da convocação da conferência; na coordenação executiva do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação e na campanha Quem Financia a Baixaria é contra a Cidadania. Esteve presente em vários eventos, como nas Conferências Estaduais de Comunicação da Bahia (14 a 18 de agosto), na IV Conferência Brasileira de Mídia Cidadã (16 a 18 de outubro), no Encontro Preparatório da I Conferência Nacional de Comunicação (2 de dezembro) e nas atividades da Semana Nacional pela Democratização da Comunicação (11 a 18 de outubro).

O Conselho organizou duas reuniões presenciais e sete reuniões telefônicas do Coletivo de Comunicação, formado por representantes dos CRPs e do CFP na temática. Esse grupo elaborou um planejamento estratégico da Democratização da Comunicação, para o Sistema Conselhos desenvolver durante os próximos dois anos.

Outra ação que merece destaque é a manifestação pública do CFP pela implementação da Portaria nº 1220/07 do Ministério da Justiça, que foi endossada por várias entidades da sociedade civil. Essa portaria foi fruto de intenso debate público, transparente e democrático, do qual participaram os mais variados atores sociais e que resultou em profícua alteração na política executada até então. Os seus vários artigos já estão em vigor; entretanto, a adequação dos programas ao horário local dos municípios não estava sendo cumprida.

1.5 - Trânsito

O CFP constituiu duas comissões para tratar de questões referentes a avaliação psicológica e trânsito. Uma com o objetivo de qualificar a área da avaliação psicológica no trânsito e outra para criar proposta de intervenção do CFP na área "Trânsito e Mobilidade Humana", fazendo uma avaliação de como o Conselho analisa o cenário e qual(is) a(s) forma(s) adequada(s) para realização de diálogo/debate com a sociedade.

A primeira comissão, denominada "Comissão para Qualificação da Avaliação Psicológica no Trânsito", é composta pelas conselheiras Acácia Santos, Alexandra Anache, Andréa Nascimento e pelos convidados Solange Félix e Fabián Javier Marín Rueda. Esse grupo já se encontrou duas vezes e fez duas reuniões telefônicas. A comissão elaborou um pré-projeto de pesquisa, sobre o qual o Departamento Nacional de



Trânsito – Denatran manifestou especial interesse e disposição para colaboração. A realização do projeto e da coleta de dados será realizada por entidade a ser contatada em futuro próximo.

A segunda, “Comissão de Psicologia e Trânsito nas Políticas Públicas”, foi composta pela conselheira Andréa Nascimento e pelos convidados Ana Paula Pereira Jardim, Cláudia Aline Soares Monteiro, Ricardo Moretzsohn, Solange Félix e

Andréa Nascimento. Esse grupo já se reuniu duas vezes e fez duas reuniões telefônicas. Criaram um projeto político para ser cumprido até o final desta gestão, com um trabalho que abrange várias vertentes, a saber: educação, direitos humanos, saúde, emergências e desastres, entre outras.

O Conselho foi representado, na Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente no Trânsito, do Denatran, por Maria Solange Félix Pereira.

Produziu um Manifesto pela Proteção e Respeito à Criança no Trânsito, criou e encaminhou o projeto do Seminário de Saúde e Trânsito: O Desafio da Construção da Mobilidade Sustentável ao Ministério da Saúde, produziu uma nota pública de repúdio ao novo prazo para comercialização de cadeirinhas sem selo de certificação compulsório do Inmetro e sugeriu audiência pública à deputada Rita Camata, para tratar da proposta de alteração do Código de Trânsito Brasileiro. O MNDT ainda teve representação no Fórum de Debates sobre Segurança no Trânsito – realizado pela Associação Preventiva de Acidentes e de Assistência às Vítimas do Trânsito (Apatru) – e foi convidado pelo Detran/ES para auxiliar nas atividades do Dia Mundial das Vítimas de Acidentes de Trânsito.

1.6 - Envelhecimento

Outra área que recebeu atenção especial em 2008 foi a do envelhecimento. O olhar dos profissionais da Psicologia tem se voltado para o envelhecimento demográfico e o aumento da longevidade em razão de o tema não estar recebendo o devido tratamento das instâncias competentes, no que se refere à implementação dos instrumentos e às políticas que ainda são desenvolvidas de forma tímida, o que acarreta resultados lentos e insuficientes para o tamanho e a complexidade das questões relativas ao envelhecimento populacional.

Por essa razão, o CFP realizou uma série de atividades com abordagens sobre políticas públicas, Estatuto do Idoso, cultura, experiências de projetos com idosos, subjetividades, constituindo espaços de diálogo e de debate sobre os desafios da Psicologia diante da questão do envelhecimento. Ressalte-se que foi constituído um grupo de trabalho com a participação de cinco especialistas convidados pelo XIV Plenário para auxiliar nas ações a ser desenvolvidas na área.

Em setembro de 2008, o CFP, representado pela conselheira Christina B. Veras, foi eleito membro titular do Conselho Nacional do Idoso (CNDI), uma eleição que significa a conquista de instrumento de participação mais efetivo na construção das políticas públicas voltadas para esse segmento social. O CNDI representa importante espaço de atuação institucional, que se constitui como relevante locus de inserção da Psicologia no debate das políticas públicas para a pessoa idosa, pois a questão do envelhecimento da população brasileira é prioritária e urgente. Os instrumentos legais precisam efetivamente ser implementados, as políticas precisam ser desenvolvidas de forma ousada e as soluções devem ser suficientes para o tamanho e a complexidade dos problemas relativos ao envelhecimento populacional.

Importante ressaltar que o CFP e a OAB promoveram conjuntamente a Inspeção Nacional nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (Ilpis). O resultado foi publicado em forma de relatório, lançado oficialmente em agosto de 2008

Merecem destaque ainda as atividades programadas nessa área, como o Debate Online (17 de outubro) e o Seminário Nacional (21 e 22 de novembro de 2008), que contaram com a colaboração dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRPs) na divulgação e na promoção de ações relacionadas à questão do envelhecimento, incluindo a temática nas atividades de rotina dos conselhos.

A organização propôs a redação da Carta de Brasília, que conterà manifestações e sugestões para ações políticas a ser desenvolvidas.

Resultante dessa atividade, será publicado o livro Envelhecimento e Subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social.



1.7 - Álcool e Outras Drogas

A realização do seminário nacional O Consumo de Álcool e Outras Drogas, dias 27 e 28 de novembro, em Brasília, foi o pontapé inicial para o aprofundamento das discussões sobre o tema no âmbito do Sistema Conselhos. O seminário, promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), teve como abordagem central a política nacional sobre drogas. Como contraponto, o CFP abordou a questão da subjetividade nas situações de consumo de álcool e de outras drogas, visando a aprofundar a compreensão de que cada usuário é uma pessoa com sua individualidade. Neste contexto, os participantes discutiram a forma como o profissional de Psicologia está atendendo esse usuário nos serviços oferecidos pelas redes públicas de Saúde e de Assistência.

Especificamente com relação à Psicologia, foram debatidos os modelos de atenção a usuários de drogas, lícitas ou ilícitas, e as dificuldades e facilidades de adaptação da prática às políticas vigentes no País, além das diferentes possibilidades de intervenção.

1.8 - Criança e Adolescente

O ano de 2008 foi marcado por uma forte intervenção do Conselho Federal de Psicologia (CFP) na área da criança e do adolescente. Logo no início do ano, a instituição foi eleita pelo Fórum Nacional de Organizações Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente para representar a sociedade civil na presidência do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) na gestão 2008/2009. O cargo é exercido pela conselheira Maria Luiza Moura Oliveira, primeira mulher representante da sociedade civil a ocupar esse cargo nesse conselho nacional, que é o órgão colegiado máximo do Sistema de Garantia dos Direitos, por ser o responsável por deliberar sobre a política de atenção à infância e à adolescência, cumprindo o papel normatizador e articulador, cabendo-lhe também elaborar as normas gerais da política destinada a esta população.

Foi um ano marcado por inúmeras expressões de violência contra crianças e adolescentes. Quase que diariamente as páginas dos jornais levaram ao conhecimento da opinião pública casos de crianças abandonadas, torturadas, violentadas com os mais brutais requintes de crueldade. Diante dessa realidade, o Conanda veio publicamente reiterar e reafirmar seu repúdio diante dos frequentes acontecimentos dirigidos a crianças e



adolescentes que foram brutalmente vítimas de violência física e de tortura, situações de violações de direitos humanos.

Considerando as dimensões continentais do Brasil, são inúmeras as ações desenvolvidas pelo Conselho no âmbito nacional, por isso destacam-se algumas ações públicas que materializaram-se em manifestação oficial perante casos e/ou situações relacionadas a seguir: notas de repúdio pelo caso de cárcere privado e tortura – em Goiânia (Lucélia); posicionamento do Conanda sobre a participação de criança de três anos como testemunha em processo criminal do Tribunal do Júri; Nota Pública sobre a violação dos direitos humanos no Morro da Providência, Rio de Janeiro; nota pública em defesa dos direitos dos adolescentes sob tutela do governo do Distrito Federal, no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje); nota pública sobre o assassinato brutal de dois adolescentes na cidade de Ribeirão Pires, São Paulo; pedido

do Conanda de apuração de responsabilidade na atuação do comando da Polícia Militar do Estado de São Paulo no caso do sequestro de duas adolescentes no município de Santo André; nota pública de apoio à Portaria nº 1.220/07, que dispõe sobre Classificação Indicativa.

O Conanda também se manifestou favorável à campanha pelo fim do castigo físico a crianças e adolescentes, por compreender que a proposta normativa está em consonância com a Doutrina da Proteção Integral à Criança e ao Adolescente, encampada na Constituição Federal e na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O CFP também participou da organização do 3º Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, evento realizado no Rio de Janeiro, entre 25 e 28 de novembro, por meio do Conanda, que compôs o GT Nacional, encarregado da organização do evento. Com o tema A garantia de direitos da criança e do adolescente e sua proteção contra a exploração sexual – por uma visão sistêmica, os principais objetivos são o combate às novas formas de exploração – pela internet e pelo tráfico de pessoas – e também deliberar sobre a responsabilidade dos diversos segmentos da sociedade envolvidos no enfrentamento ao fenômeno.

Outra instância da qual o CFP é membro titular é o Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), no qual a conselheira Iolete Ribeiro ocupa a Secretaria de Finanças.

Há de se destacar nesta área a participação do CFP no lançamento da Campanha contra a Violência e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizado em São Paulo, no mês de maio, e os seminários sobre os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, nas regiões Norte e Nordeste, entre outras atividades.

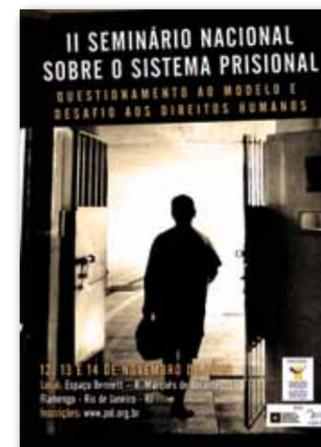
Em outubro, foi publicada a cartilha Contribuição da Psicologia para o fim da publicidade dirigida à criança, documento técnico do CFP sobre essa temática, solicitado ao professor Yves de La Taille, da Universidade de São Paulo.

O Conselho Federal de Psicologia aproveitou espaços importantes para referendar sua posição contrária ao projeto Depoimento Sem Dano. O referido instrumento foi criado em 2003, no Juizado da Infância e Juventude de Porto Alegre, e é destinado à oitiva de crianças e adolescentes apontados como vítimas ou testemunhas de abuso sexual ou maus-tratos.

O CFP, argumenta que o Judiciário precisa encontrar outros meios para produzir as provas contra supostos agressores, uma vez que psicólogo não age como psicólogo, quando realiza uma inquirição em substituição ao juiz, e essa não é uma prática psicológica, porque o profissional está colhendo o de-

poimento orientado por um juiz. O Conselho considera fundamental que a criança tenha o seu tempo respeitado e que lhe seja garantido o direito de falar, ou não.

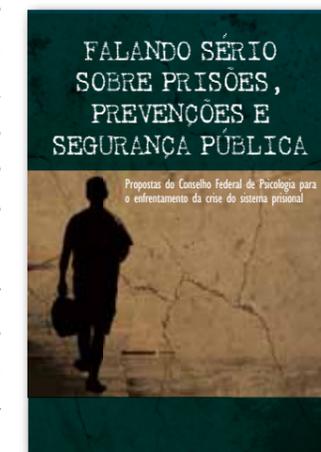
1.9 - Sistema Prisional



Com a realização do II Seminário Nacional sobre o Sistema Prisional, entre 12 e 14 de novembro, no Rio de Janeiro, o Conselho Federal de Psicologia aprofundou o debate crítico e reflexivo que vem ocorrendo desde 2005 no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia. Nessa edição, o seminário reuniu especialistas na temática das áreas acadêmica, governamental e não governamental, num amplo debate sobre a grave crise vivida pelo sistema, no qual foram apresentadas as contribuições da Psicologia na defesa da construção de uma política pública que avance e rompa com o paradigma do encarceramento para lidar com o desvio.

Na oportunidade, o CFP lançou a publicação *Falando Sério Sobre Prisões, Prevenções e Segurança Pública*, resultante do acúmulo das discussões feitas por uma equipe de colaboradores do Grupo de Trabalho “Pelo fim possível das prisões”. A cartilha foi entregue ao representante do Ministério da Justiça – um dos painelistas do evento –, que também recebeu a moção de repúdio ao exame criminológico e uma cartilha com o manifesto do CFP contrário ao Projeto de Lei que propõe a instituição do monitoramento eletrônico.

Também foi objetivo do seminário, que contou com a presença de psicólogos de vários estados brasileiros, o debate sobre o resgate de afazeres e convocações históricas do sistema de Justiça ao psicólogo que atua em prisões, bem como o avanço na discussão sobre as contribuições da Psicologia na direção da produção de responsabilidade e subjetividade.

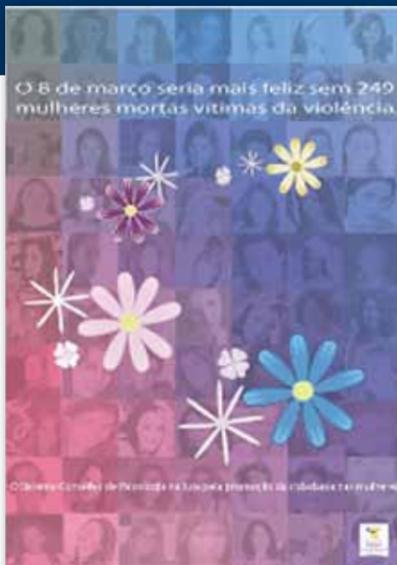


1.10 - Mulheres



No ano em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 60 anos, ativistas do mundo inteiro se mobilizaram em torno da violência contra as mulheres. No dia 25 de novembro, ponto alto da campanha intitulada Pelo Fim da Violência Contra as Mulheres, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), como entidade comprometida com a construção de uma cultura de direitos humanos, reforçou o tema da campanha das Comissões de Direitos Humanos do Sistema Conselhos de Psicologia, de que nenhuma forma de violência vale a pena. O CFP compreende que é missão da Psicologia apoiar o processo emancipatório das mulheres, bem como contribuir para o fortalecimento de seus laços, para o resgate de sua identidade subjugada, aviltada pelo processo de violência.

No mesmo sentido, os conselheiros do CFP, Humberto Verona,



André Leonardi, Aluizio Lopes de Brito e Marcos Ratinecas, assinaram, em 6 de dezembro, o manifesto da campanha “Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres”. A campanha visa ao engajamento de homens em prol de uma sociedade mais justa e igualitária, fundada em princípios da equidade de gênero e no respeito às convenções e tratados internacionais relativos aos direitos das mulheres. Os homens que assinam o manifesto se comprometem publicamente pela implementação da Lei Maria da Penha e pela efetivação de políticas públicas que visam ao fim de qualquer forma de violência contra as mulheres.

1.11 - Emergências e Desastres

As enchentes que atingiram o estado de Santa Catarina, de forma mais acentuada nos meses de novembro e dezembro, levaram o Conselho Federal de Psicologia a juntar-se às instituições de emergência e às Secretarias de Estado que atuaram convocadas pelo Departamento Estadual de Defesa Civil, no atendimento aos afetados pelas chuvas. Diante da gravidade do evento, integrou a equipe de Gerenciamento de Desastres de Santa Catarina a especialista em Psicologia, na área de Emergências e Desastres, ligada à Secretaria Nacional de Defesa Civil, Daniela Lopes. Ela atuou, em parceria com o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12), na sistematização das ações, entre as quais se destaca o atendimento às pessoas que estavam em abrigos provisórios e à comunidade afetada como um todo. O CFP convocou psicólogos de todo o País para auxiliar na operação, que foi realizada de forma integrada e planejada.



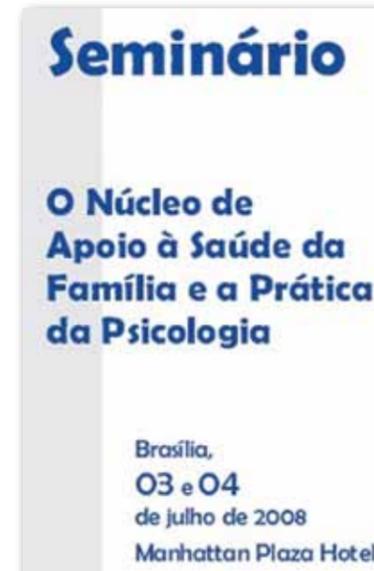
1.12 - Saúde

O CFP promoveu diversas ações na área da saúde, em 2008. Entre os destaques está a realização do seminário Núcleos de Apoio à Saúde da Família e a Prática da Psicologia, no mês de julho. Para a Psicologia, a equipe de saúde da família tem como centro da atenção a própria população, e a atuação do psicólogo é fundamental nesse processo.

A inclusão do psicólogo acupunturista nas equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (Nasf) foi uma importante vitória do CFP e da Sociedade Brasileira de Psicologia e Acupuntura (Sobrapa), que atuaram juntos nessa importante causa, a qual criou duas possibilidades de participação nas equipes do Nasf: como psicólogo da Saúde Mental e como psicólogo acupunturista.

Outro tema de destaque durante o ano foi a articulação com a Agência Nacional de Saúde sobre o atendimento psicológico pelos planos de saúde.

Mais uma importante luta iniciada em 2008, e que terá continuidade em 2009, é a campanha pela realização da IV Conferência Nacional de Saúde Mental. A última Conferência foi realizada em 2001, mes-



mo ano em que, no Brasil, foi aprovada a Lei nº 10.216, a qual exige a extinção de todos os leitos em hospitais psiquiátricos no Brasil e a constituição de uma rede substitutiva de atendimento e cuidado às pessoas com sofrimento psíquico grave.

Passados oito anos de esforços pela implementação de uma política de reforma psiquiátrica para atenção à saúde mental no Brasil, é preciso avaliar a atual condição e apontar diretrizes para o futuro.

Considerando que a última Conferência Nacional de Saúde deliberou a realização, em 2009, da IV Conferência Nacional de Saúde Mental, o Sistema Conselhos de Psicologia, a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial e outras entidades que compõem a Comissão Intersectorial de Saúde Mental (CISM) lançaram a campanha IV Conferência Nacional de Saúde Mental Já!!!!, para reivindicar a confirmação de sua realização pelo Conselho Nacional de Saúde.

1.13 - Psicologia Latino-Americana

A Psicologia está se fortalecendo no âmbito da América Latina, por meio das importantes contribuições e do compromisso social entre os países. E a Psicologia brasileira tem estado engajada em diversas ações. Exemplo disso foi o Congresso Latino-Americano de Psicologia e o II Encontro Boliviano de Psicologia, realizados no mês de setembro, na cidade de Cochabamba, Bolívia, onde as psicólogas brasileiras Ana Bock, Maria Cristina Joly e Maria da Graça Gonçalves fizeram apresentações e participaram de mesas-redondas sobre diversos temas.

A presença de representantes da Psicologia brasileira nesses dois eventos foi um importante passo para consolidar intercâmbios e articulações entre os diversos países da América Latina. Entre os convidados estavam presentes representantes do México, Paraguai, Argentina, Costa Rica, Chile, Cuba, além de bolivianos de várias regiões do país. O tema do evento foi discutido, desde a abertura e por meio de vários simpósios e mesas-redondas, na direção de se construir uma Psicologia comprometida com as questões sociais da América Latina, valorizando a produção teórica e a investigação de pesquisadores latino-americanos.

Nessa ótica, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou um debate on-line em comemoração ao Dia da Psicologia Latino-Americana, dia 8 de outubro. Psicólogos do Brasil, do México e do Uruguai debateram por aproximadamente duas horas sobre o tema Desafios da produção social dos sujeitos democráticos. O debate enfatizou o Dia da Psicologia Latino-Americana e refletiu sobre a oportunidade da participação da Psicologia, enquanto ciência e profissão, na consolidação da democracia nos países da América Latina.

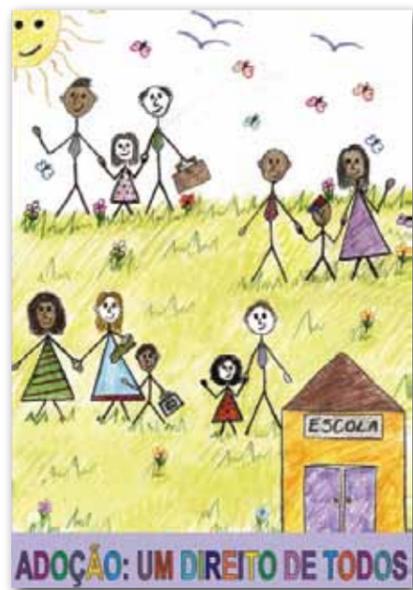


1.14 - Psicologia e Diversidade Sexual

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e sua Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) lançaram, em junho, o livro sobre adoção por pais gays e lésbicas. O lançamento aconteceu durante a Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBTT), em Brasília, e reuniu psicólogos, antropólogos e líderes do movimento GLBTT. O evento contou com a presença do presidente do CFP, Humberto Verona, do presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Toni Reis, do Antropólogo e presidente do Grupo Gay da Bahia, Luiz Motti e dos integrantes da Comissão Nacional dos Direitos Humanos do CFP, Edmar Carrusca e Deise Maria do Nascimento.

O livro *Adoção: um direito de todos e todas* é resultado de uma parceria com o movimento GLBTT e foi elaborado por psicólogos de diversas linhas teóricas, com reconhecida produção sobre o tema.

Nessa direção, o CFP contestou decisão do Vaticano que anunciou que recorrerá a psicólogos para avaliar se os candidatos a entrar nos seminários da Igreja Católica são homossexuais. Pelo menos no Brasil, os psicólogos não poderão avaliar pessoas para essa finalidade, sob pena de infringirem o Código de Ética da categoria e a Resolução nº 001/99 do CFP, que estabelece normas de atuação para psicólogos em relação à questão da orientação sexual.



1.15 - Psicologia Organizacional e do Trabalho



Com o objetivo de fortalecer o debate sobre ensino, formação e profissão e ampliar a discussão advinda da publicação da Revista Diálogos que abordou a temática da Psicologia Organizacional e do Trabalho, a Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (Abep) e o CFP promoveram a mesa-redonda on line Diálogos com a Psicologia Organizacional e do Trabalho, no dia 15 de maio de 2008, em comemoração ao Dia do Trabalhador. O debate foi acessado por cerca de cinco mil computadores em auditórios de universidades e Conselhos Regionais do Brasil e foi transmitido ao vivo pela internet.

Contou com a presença de Andréia Garbin, psicóloga especialista em saúde pública e saúde do trabalhador, de Sigmar Malvezzi, doutor em Psicologia Organizacional e professor do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho da USP e da diretora da SBPOT Juliana Barreiros Porto, doutora em Psicologia e professora da Universidade Católica de Brasília.

1.16 - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (Crepop)

O Crepop é o órgão técnico do Sistema Conselhos de Psicologia encarregado de coletar, sistematizar e difundir informações sobre a atuação dos psicólogos no setor público-estatal, como forma de dar visibilidade e referenciar práticas inovadoras, ampliando a inserção e possibilitando a qualificação profissional do psicólogo no âmbito das políticas públicas. Seus principais eixos de ação são: a investigação da prática profissional e a produção de referências técnicas para atuação.

Investigação da prática profissional

Ao longo de 2008, como parte de seu objetivo principal, o Crepop deu prosseguimento ao processo de investigação da prática profissional por meio dos ciclos de pesquisa por campo de atuação. Nesse processo foram desenvolvidos quatro ciclos de pesquisa:

- Atuação nos Programas de Educação Especial/Inclusiva.
- Atuação em Medidas Socioeducativas – meio aberto/liberdade assistida.
- Atuação em Serviços de Atenção à mulher em situação de violência de gênero.
- Atuação em Programas de Atenção Básica em Saúde.

Produção de referências para atuação dos psicólogos

Outro processo que se define como objetivo principal do Crepop é a elaboração de documentos técnicos de referência para o exercício profissional. Esse processo é executado por grupos de especialistas reconhecidos por sua trajetória e reunidos a convite do CFP, para apresentar uma redação preliminar, que é submetida, por meio de consulta pública, à avaliação da categoria. Em 2008, dois documentos foram submetidos à consulta pública:

- Referências para atuação de psicólogos em Serviços de enfrentamento à violência abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes
- Referências para a prática de psicólogos(as) em programas de DST e aids

E dois documentos foram publicados:

- Saúde do Trabalhador no âmbito da Saúde Pública – Referências para atuação do psicólogo(a);
- Referências para a prática de psicólogos(as) em programas de DST e Aids.

Concomitantemente com essa produção, o Crepop vem articulando comissões de especialistas que assumiram o compromisso de redigir referências para outras áreas de atuação como Sistema Prisional, Direito de Família e CAPS, que estarão em consulta pública no próximo ano.



Processo de Monitoramento e Avaliação da Rede Crepop.

Atualmente, a Rede Crepop tem quase três anos de existência, é composta por 17 unidades locais, além de ter um corpo político com 40 conselheiros e um corpo técnico com 35 profissionais. Seu monitoramento é feito por meio de questionários e acompanhamento sistemático ao longo do ano, culminando com uma reunião nacional anual.

A reunião nacional anual do Crepop ocorreu nos dias 5 e 6 de novembro. Na ocasião, as 17 unidades puderam apresentar as atividades desenvolvidas, oportunizando troca de experiências, além da melhor compreensão da situação política do Crepop nas unidades regionais.

Áreas para investigar em 2009

Nesta reunião, o conselho consultivo do Crepop escolheu quatro áreas de atuação em políticas públicas para submeter à apreciação da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças (Apaf) como áreas a ser investigadas no ano de 2009. Foram elas:

- Atuação em políticas de Educação Básica.
- Atuação em políticas de Mobilidade e Trânsito.
- Atuação em políticas de atenção ao uso de álcool e outras drogas.
- Atuação em Centros de Referência Especial em Assistência Social.

2 Novo site Psicologia On Line



No dia em que se comemorou o Dia do Psicólogo (27 de agosto), o CFP apresentou aos internautas seu novo site. O novo portal traz um desenho gráfico mais leve, com fontes e cores mais acessíveis. Ele foi redesenhado para permitir que pessoas com dificuldades de leitura ou que passam muito tempo à frente do computador possam usufruir de todas as ferramentas do novo portal.

Um destaque foi a premiação do site oficial do Conselho pela Rede Direitos Humanos e Cultura, a Dhnet. O sítio recebeu o Selo Direitos Nota 10 pela performance de qualidade, conteúdo e apresentação visual no desenvolvimento do tema Direitos Humanos e Cidadania em língua portuguesa. A Dhnet é produto de um grupo formado em 1994 com o objetivo de estudar os Direitos Humanos e a Realidade Virtual. O grupo conta com a participação de autoridades respeitadas na causa dos direitos humanos, no cenário

político brasileiro. Além de Brasil e Portugal, o prêmio recebido pelo sítio Pol – Psicologia Online – foi disputado por países africanos e asiáticos de língua portuguesa.

3 Manifestos

- Dia Nacional de Luta pela Educação Inclusiva – 14 de abril de 2008.
- IV Conferência Nacional de Saúde Mental JÁ!!!!
- Manifesto pela Proteção e Respeito à Criança no Trânsito, elaborado pela ONG Criança Segura, entidade membro do Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito.
- Manifestação Pública do Sistema Conselhos de Psicologia a Respeito do PLC 35/2007 Denominado Depoimento Sem Dano (DSD).
- Manifesto público sobre pesquisa de “mapeamento cerebral”.
- Manifesto de apoio a Ricardo Moretzsohn para o Conselho de Comunicação Social – 11/7/08.
- CFP assina nota de apoio à TV Pública – TV Pública: Uma Necessidade Democrática – 14/2/08.
- Entidades de direitos humanos repudiam homenagem a suspeito de ser mandante de chacina em Unai.
- Manifestação do Conselho Federal de Psicologia e de sua Comissão Nacional de Direitos Humanos a respeito do PLC nº 35/2007 – que regulamenta a iniciativa denominada Depoimento Sem Dano (DSD)
- Manifestação pública sobre Classificação Indicativa.

4 Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional

Processos Éticos: em 2008, foram julgados 36 processos éticos, distribuídos em oito sessões de julgamento, e já estão distribuídos 11 processos para 2009.

Especialista: Desde a criação do título de especialista, a categoria tem demonstrado que valoriza esse mecanismo de reconhecimento da prática profissional e, até o momento, já foram concedidos mais de 17 mil títulos aos psicólogos. Em 2008, o CFP realizou o IV Concurso de Provas e Títulos para Concessão do Título de Especialista com a aplicação das provas em 7 de dezembro de 2008. Além disso, credenciou 12 cursos de especialização em Psicologia e julgou três processos administrativos por indeferimento da concessão do título de especialista.

Considerando a necessidade de promover debate sobre a implantação do título de especialista na perspectiva de seu aprimoramento, incluindo aí a sua avaliação, o CFP iniciou em 2008 a Pesquisa Nacional sobre o Título de Especialista. A pesquisa está sendo realizada entre psicólogos que possuem e que não possuem o título, nos cursos de especialização em Psicologia credenciados e naqueles não credenciados pelo CFP. Em 2009, o Conselho divulgará o resultado da pesquisa.

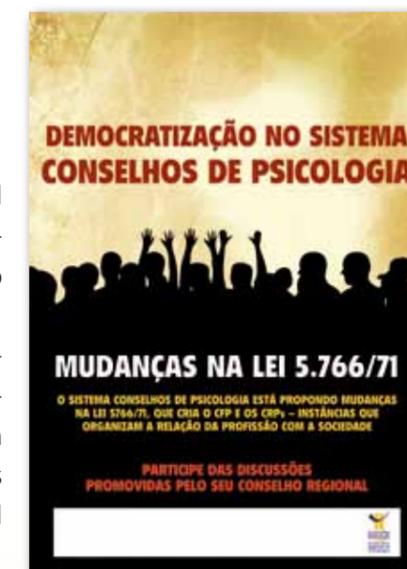
Avaliação Psicológica: a Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica do CFP continuou o trabalho incessante de avaliar a qualidade dos instrumentos psicológicos. A comissão, formada por Ricardo Primi, Maria Cristina Ferreira, Blanca Werlang, Marcelo Tavares e Maria Abigail de Souza, se encontrou seis vezes no decorrer do ano e fez duas reuniões telefônicas. O CFP avaliou nove testes psicológicos. Destes, quatro receberam parecer desfavorável, cinco receberam parecer favorável e oito testes estão em análise.

Credenciamento de sites: o CFP, por meio da Comissão Nacional de Credenciamento de Sites, manteve a análise de sites que oferecem serviços psicológicos mediados pelo computador, conforme previsto na Resolução CFP nº 12/2005. O resultado obtido nesse ano foi:

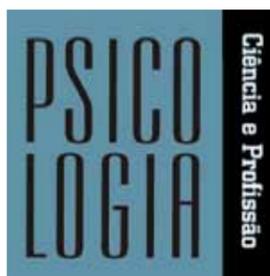
- Sites aprovados: 21 sites.
- Sites reprovados: 44 sites.
- Sites em análise: 73 sites.

Código Processamento Disciplinar: após Encontro Nacional das Comissões de Orientação e Ética, em 2007, o CFP fez publicação sistematizando os comentários para disponibilizar documento orientador das comissões de ética.

Revisão da Lei nº 5.766/71: os Conselhos de Psicologia chamaram os psicólogos a ser protagonistas na vida política dos Conselhos, convocando-os a participar dos debates sobre a revisão na Lei nº 5.766/71, que instala a organização dos psicólogos brasileiros por meio do Sistema Conselhos de Psicologia – Conselho Federal de Psicologia e Conselhos Regionais de Psicologia.



5 Publicações



Revista Psicologia: Ciência e Profissão

A revista Psicologia: Ciência e Profissão, qualificada em nível A na categoria nacional de avaliação feita pela Capes/Anpepp, foi indexada na base de dados internacional Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de Latinoamérica, del Caribe, España y Portugal). O CFP publicou três números da revista em 2008: 28.1, 28.2, 28.3. Importante lembrar que a 28.4 já está em fase de finalização.

Compõem a Comissão Editorial da Revista: Acácia Aparecida Angeli dos Santos, Edla Grisard Caldeira de Andrada, Henrique Figueiredo Carneiro, Inara Barbosa Leão, Iracema Neno Cecília Tada e Paulo Rogério Meira Menandro. A comissão se reuniu durante três vezes durante o ano de 2008.

Coleção Histórias da Psicologia – Projeto Memórias da Psicologia

O objetivo da coleção é tornar disponíveis trabalhos que abordam diferentes aspectos e tendências da Psicologia brasileira, apresentados à comunidade de estudiosos da história de nossa área como ciência e profissão na forma de teses de doutorado, dissertações de mestrado e outras pesquisas. A adaptação desses textos acadêmicos para o público mais amplo, na forma de textos introdutórios curtos e objetivos, certamente poderá contribuir para ampliar o conhecimento sobre a Psicologia brasileira, em perspectiva histórica, nos cursos de graduação e de pós-graduação na área.

Os resultados desse ano foram:

- Trabalhos recebidos no ano de 2008: 2.
- Trabalhos analisados no ano de 2008: 8.
- Trabalhos aprovados: 3.
- Trabalhos rejeitados: 4.
- Trabalhos em análise: 1.

Além da análise os trabalhos recebidos, o CFP realizou a revisão das normas editoriais do projeto e implantou Sistema online para submissão dos trabalhos.

Jornal do Federal

Entre as publicações do CFP, o Jornal do Federal tem a função de divulgar as principais ações do Conselho por meio de matérias e reportagens de cunho analítico e informativo. Os temas selecionados para a publicação são abordados, invariavelmente, por fontes que em muito contribuem para que as atividades em que a Psicologia está inserida ganhem o merecido aprofundamento.

Em 2008, o Jornal do Federal teve três edições, nas quais se destacaram, em suas páginas: o engajamento da Psicologia na comemoração dos 20 anos da luta antimanicomial; o tema Nenhuma Forma de Violência Vale a Pena, escolhido pelas comissões de direitos humanos do Sistema Conselhos de Psicologia; o Ano da Educação na Psicologia; a crise do sistema prisional brasileiro; a crise mundial e as perspectivas do Fórum Social Mundial na proposição de alternativas com protagonismo da sociedade, entre diversos outros temas.



6 Fóruns e representações – 2008

1. Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira (FENPB).

Forma de participação: Indicação/Representantes: Humberto Cota Verona e André Isnard Leonardi.

2. Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (Conselhinho)

Forma de participação: Indicação/Representante: Anice Holanda.

3. Fórum Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (FNDCA)

Forma de participação: Mandato de dois anos/Representante: Iolete Ribeiro.

4. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) – SEDH – Presidência da República

Forma de participação: Mandato de dois anos/Representante: Malu Moura.

5. Fórum Nacional dos Conselhos das Profissões Regulamentadas (Conselhão)

Forma de participação: Indicação/Representante: Clara Goldman Ribemboim.

6. Fórum Permanente do Mercosul – Exercício Profissional

Departamento de Gestão e Regulação do Trabalho em Saúde – Ministério da Saúde.

Forma de participação: Indicação/Representante: Cynthia Ciarallo.

7. Campanha Contra o PL do Ato Médico

Forma de participação: Indicação/Representante: Jureuda Duarte Guerra.

8. Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS)

Forma de participação: Indicação/Representante: Iolete Silva.

9. Fórum Nacional de Democratização da Comunicação - FNDC

Forma de participação: Mandato – XIII Plenária, realizada de 20 a 22/10/2006 Representantes: Roseli Goffman.

10. Articulação Brasileira da Psicanálise (ABPsicanálise)

Forma de participação: Indicação/Representantes: André Leonardi e Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues.

11. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde – Ministério da Saúde

Forma de participação: Indicação/Representante: Jureuda Duarte Guerra.

12. Grupo de Trabalho Interministerial de Ajuda Humanitária – Itamaraty

Forma de participação: CFP convidado, representante indicada Representante: Elisa Zaneratto.

13. Conselho Nacional de Políticas Sobre Drogas (Conad), Presidência da República

Forma de participação: CFP convidado, representantes indicados Representantes: Mônica Gorgulho e Murilo Battisti (Suplente).

14. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI) – SEDH – Presidência da República

Forma de participação: Titular. Representante: Christina Veras.

15. Coordenação Nacional de Mobilização pela Realização da Conferência Nacional de Comunicação

Forma de participação: Indicação/Representantes: Roseli Goffman.

16. Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores em Saúde (Fentas)

Forma de participação: Indicação de representante a partir da presença no CNS.

Representante: Ermínia Ciliberti.

17. Conselho Nacional de Saúde (CNS) – Ministério da Saúde (CFP suplente)

Forma de participação: Mandato da entidade Atual: de 2006-2009.

Posse: 15/9/2006.

Representante: Ermínia Ciliberti.

18. Comissão Intersetorial Permanente de Trauma e Violência – CNS

Forma de participação: Vaga pleiteada no CNS; indicação de representante pelo CFP/Representante: Cynthia R. Corrêa Araújo Ciarallo.

19. Comissão Intersetorial de Saúde Mental (CISM) – CNS

Forma de participação: Vaga pleiteada no CNS; indicação de representante pelo CFP/Representante: Aparecida Rosângela Silveira (coordenadora adjunta).

20. Comissão Permanente de Saúde Suplementar – CNS

Forma de participação: CNS indica CFP, que indica representante nomeado por Portaria/Representante: Christina Veras (Suplente).

21. Câmara Temática de Saúde e Meio Ambiente – Denatran

Forma de participação: Eleita a pessoa, por encaminhamento da entidade, por mandato de um ano, admitida reconduções. Mandato atual: julho/07.

Representante: Maria Solange Félix (suplente: Edinilsa Ramos).

22. Movimento Nacional pela Democratização do Trânsito.

Forma de participação: Indicação/Representante: Andréa Nascimento.

23. Câmara Setorial de Serviços de Saúde – Anvisa

Forma de participação: Indicação dos nomes pelo CFP, nomeados por Portaria.

Representantes: Christina Veras (suplente: Eliane Seidel).

24. Comitê Gestor da Conferência Nacional de Direitos Humanos

Forma de participação: Indicação.

Representantes: Ana Luiza Castro.

25. Campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania

Forma de participação: Indicação.

Representante: Ricardo Moretzsohn.

26. Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos

Forma de participação: Indicação.

Representante: Ana Luiza Castro.

27. Capacitação da Perícia Forense Brasileira – SEDH/PR

Maria Auxiliadora Arantes.

28. Comissão de Direitos Humanos – CFP

Presidente: Ana Luiza Castro.

Membros: Fernanda Otoni; Maria de Jesus Moura; Edmar Carrusca; Janne Mourão; Cláudia Costa, Deise Nascimento.

29. Comitê Permanente de Combate à Tortura e à Violência Institucional – CNPCT – SEDH.

Representante: Maria Auxiliadora Arantes.

30. Subgrupo de Acupuntura – CRTS/MS

Representante: Delvo Ferraz.

31. Grupo de Trabalho Estudos e Contribuições sobre Qualificação de Prestadores de Serviços na Saúde Suplementar – ANS

Representante: Christina Veras.

32. Comissão Nacional de Monitoramento e Avaliação da Implementação do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal

Representante: Clara Goldman.

33. Secretaria de Orientação e Ética – CFP

Representante: Anice Holanda, Aluizio e André Leonardi.

34. Comissão Permanente de Licitação

Representante: Cynthia Ciarallo.

35. Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica

Ricardo Primi (coordenador), Maria Cristina Ferreira, Blanca Werlang, Marcelo Tavares, Maria Abigail de Souza, Alexandra Anache, Acácia Angeli dos Santos.

36. Comissão Editorial da Revista Ciência e Profissão

Conselho editorial responsável: Acácia Angeli dos Santos, Edla Andrada, Henrique Figueiredo, Inara Leão, Iracema Tada, Paulo Rogério Meira.

37. Comissão Editorial da Revista Diálogos – Nacional: Elisa Zaneratto, Odete Godoy Pinheiro, Marta Elizabeth.

Regional: Juliana Perucchi, Maria Aparecida Morgado, Sonia Sampaio, Bernadete Baltazar, Francisco Bordin.

7 Relação das Resoluções do ano de 2008

Número	Ementa
01	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e dá outras providências.
02	Altera a resolução CFP nº 10/2008 que institui o Regimento Interno da Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças – APAF.
03	Altera a Resolução CFP nº 02/2000 que institui o Regimento Eleitoral para escolha de Conselheiros regionais e federais dos Congressos de Psicologia.
04	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e dá outras providências.
05	Aprova a alteração no Regimento Interno do Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região.
06	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e dá outras providências.
07	Institui os valores mínimo e máximo das anuidades para o exercício de 2009.
08	Altera a Resolução CFP nº 003/2007 que institui a Consolidação das Resoluções do CFP.
09	Dispõe sobre o reajuste, direitos e deveres dos empregados do Conselho Federal de Psicologia.
10	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e implanta a tabela de ganhos por tempo de serviço.
11	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e cria gratificações que especifica.
12	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e dá outras providências.
13	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 16ª Região para o Exercício de 2008.
14	Altera a Resolução CFP nº 012/2003 e dá outras providências.
15	Altera a Resolução 12/2003, na forma que especifica.
16	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 1ª Região para o Exercício de 2008.
17	Estabelece a Primeira Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Psicologia da 11ª Região para o Exercício de 2008.
18	Dispõe acerca do trabalho do psicólogo na avaliação psicológica para concessão de registro e/ou porte de arma de fogo.

8 Assessoria Jurídica

A Cortês e Zupiroli Advogados Associados, contratada para prestar assessoria jurídica para o CFP, desenvolveu as seguintes ações e atividades:

1 – desenvolvimento de medidas extrajudiciais, administrativas e judiciais, na forma e nos termos previamente ajustados com o CFP, acompanhando e defendendo seus interesses, em Brasília-DF, e excepcionalmente em todo o território nacional;

2 – elaboração de peças com as informações referentes às consultas formuladas pelo CFP, no que se refere à tramitação de processos;

3 – elaboração de pareceres, contratos, convênios, memorandos, ofícios, petições, recursos e outros instrumentos jurídicos típicos do exercício profissional de advogado, além da elaboração dos instrumentos normativos do CFP (Resoluções, Instruções Normativas, Portarias);

4 – assessoramento e prestação de consultoria, quando necessário, nos processos decorrentes do exercício profissional de competência do CFP;

5 – acompanhamento de processos que tramitaram em outros estados da federação.

9 Assessoria Parlamentar

A Cortês e Zupiroli Advogados Associados continuou prestando assessoria parlamentar ao CFP durante o ano de 2008.

A Assessoria Parlamentar do CFP é responsável pelo acompanhamento dos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional. Periodicamente, é enviada ao CFP uma tabela contendo as principais informações de todos os projetos relacionados com a Psicologia.

A Assessoria também produz notas técnicas sobre projetos e acompanha os conselheiros em audiências ou reuniões no Congresso para tratar de projetos de lei.

10 Reuniões do XIV Plenário

O XIV Plenário do CFP, composto por 21 conselheiros, sendo nove conselheiros efetivos, nove suplentes e três psicólogos convidados, realizou reuniões para discutir e encaminhar as políticas deliberadas pelo VI Congresso Nacional de Psicologia:

12 reuniões plenárias em Brasília.

9 reuniões presenciais da Diretoria do CFP.

2 reuniões na Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças, em Brasília.

2 reuniões presenciais de presidentes do Sistema Conselhos de Psicologia, em Brasília.

2 reuniões presenciais de tesoureiros do Sistema Conselhos de Psicologia, em Brasília.

203 reuniões telefônicas.

11 Sites

Em 2008, além de desenvolver páginas para o Conselho, o CFP auxiliou algumas entidades parceiras a desenvolver sites, hotspots ou mesmo sistema de inscrição online para eventos e seminários, tais como:

Sistema de Inscrição Online para Eventos:

Abrap – Congresso Sul-Americano de Psicoterapia.

Abrapso – IX Encontro Regional (SP).

NPPI – III Jornada NPPI – Psicoinfo.

Ulapsi – III Congresso Latino-Americano da Ulapsi.

Sites e Hotspots:

Projeto DHEPSI – Direitos Humanos no Ensino da Psicologia.

Site Crepop.

Site Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Site Movimento Nacional Pró-Conferência de Comunicação.

Site Movimento Nacional pela Democratização no Trânsito.

Hotspot para o Evento do Envelhecimento.

HotSite do III Congresso Brasileiro: Psicologia, Ciência e Profissão.

HotSite para o III Congresso Latino-Americano da ULAPSI.

Apoio a Instituições e Entidades parceiras do CFP:

BVS-PSI

ABEP

12 Administrativo-Financeiro

Relatório Administrativo-Financeiro

Em 2008, a receita atingiu R\$ 17.937.948,07, representando 74,63% da prevista, e as despesas atingiram R\$ 15.917.873,66, que representam 66,23% do fixado, obtendo-se assim um superávit orçamentário no exercício do montante de R\$ 2.020.074,41.

Comparando-se a execução orçamentária dos exercícios 2007 e 2008, verifica-se que o crescimento da receita foi de R\$ 56,64%, enquanto que a despesa apresentou aumento de 64,65%.

Na análise patrimonial, durante o exercício o Conselho Federal obteve um superávit patrimonial de R\$ 2.842.890,23, aumentando o seu patrimônio líquido em 22,37%.

Auditoria

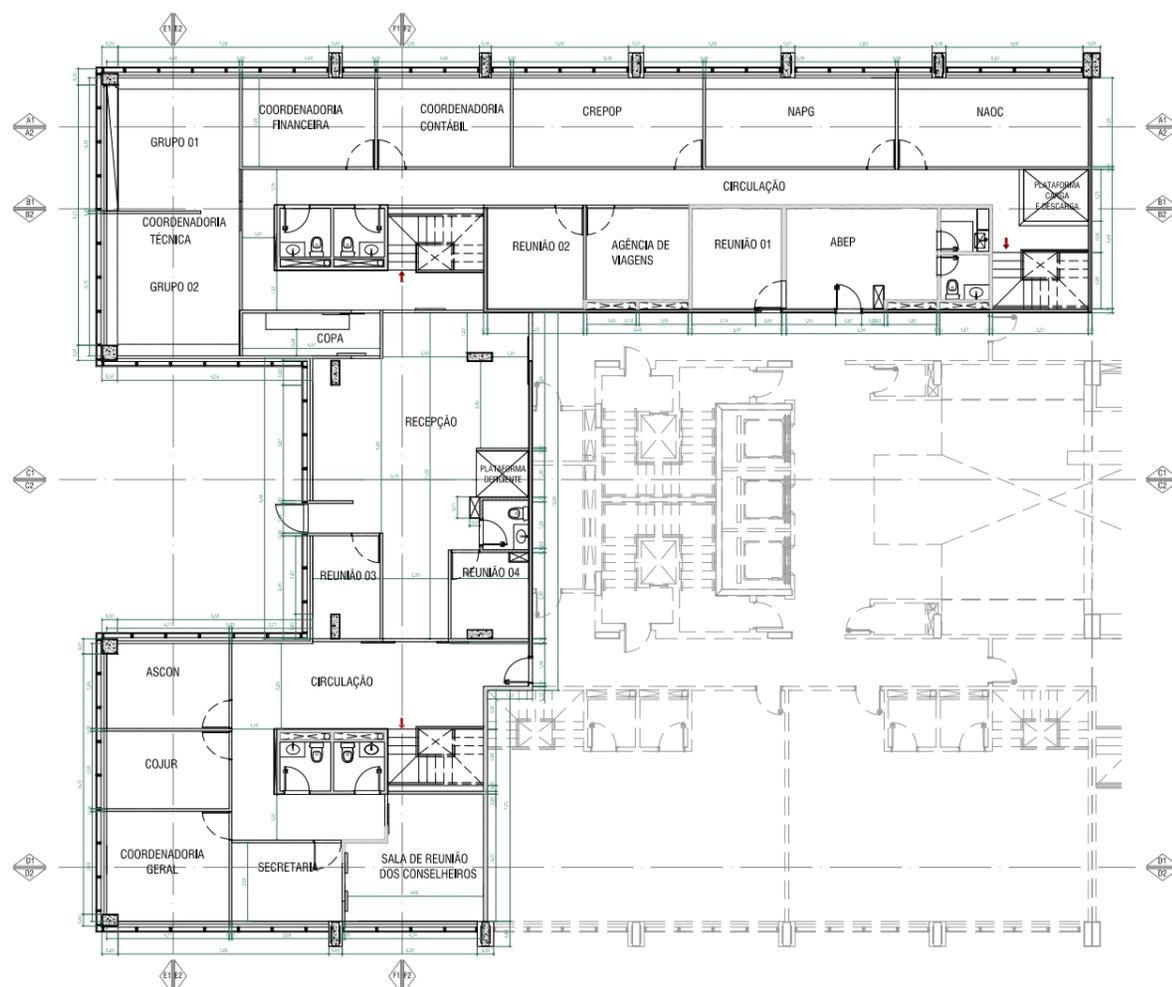
Foram realizadas auditorias contábeis e de gestão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Federal, pela empresa ViaConsult – Auditoria, Consultoria e Treinamento Ltda, abrangendo o exercício de 2007, de forma a verificar os procedimentos adotados para a autarquia e as exigências do Tribunal de Contas da União (TCU).

Período: Janeiro/2008 a Dezembro/2008

Balço Orçamentário			
Contas e Receitas	Previsão	Execução	Diferença
Receitas Correntes	12.619.832,85	12.109.409,29	(510.423,56)
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	650.500,00	959.187,58	308.687,58
Receita de Serviços	15.000,00	11.250,77	(3.749,23)
Transferências Correntes	11.844.332,85	10.883.578,45	(960.754,40)
Outras Receitas Correntes	110.000,00	255.392,49	145.392,49
Receitas de Capital	11.412.972,77	5.828.538,78	(5.584.433,99)
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	700.000,00	1.120.000,00	420.000,00
Amortização de Empréstimos (amortização empréstimos CRPs)	212.972,77	208.538,78	(4.433,99)
Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital(superavit proposto)	10.500.000,00	4.500.000,00	(6.000.000,00)
Subtotais	24.032.850,62	17.937.948,07	(6.094.857,55)
Totais	24.032.850,62	17.937.948,07	(6.094.857,55)
Contas de Despesa	Fixação	Execução	Diferença
Despesas Correntes	12.581.079,67	9.432.280,21	(3.148.799,46)
Despesas de Custeio	11.066.431,93	7.921.148,08	(3.145.283,85)
Transferências Correntes	1.514.647,74	1.511.132,13	(3.515,61)
Despesas de Capital	11.451.725,95	6.485.593,45	(4.966.132,50)
Investimentos (aquisição de equipamento)	752.000,00	135.593,45	(616.406,55)
Inversões Financeiras (aquisição sede CFP)	6.450.000,00	6.350.000,00	(100.000,00)
Transferência de Capital	4.249.725,95	0,00	(4.249.725,95)
Subtotais	24.032.850,62	15.917.873,66	(8.114.931,96)
Superávit (receitas menos despesas)	0,00	2.020.074,41	(2.020.074,41)
Totais	24.032.850,62	17.937.948,07	(6.094.857,55)

13 Nova Sede

O CFP adquiriu o espaço para sua nova sede em 2008. Desde então, vêm sendo realizados os trâmites para a mudança definitiva, prevista para ocorrer no final de 2009.



14 Corpo Funcional CFP 2009

Coordenação Geral – CG

Yvone Magalhães Duarte

Secretaria da Coordenação Geral – SG

Tatiana Santos Freitas Queiroz Gomes

Veracy da Silva Fernandes

Coordenadoria Técnica – CT

Coordenadora: Polyana Marra Soares

Equipe: Fabíola Borges Corrêa

Hyrlla Karinne dos R. de Azevedo Corrieri

Queli Cristina do Couto Araújo

André Luciano Barbosa

Romário Dias Santos

Coordenadoria Contábil-Financeira – CCF

Coordenador: Gilson de Souza Oliveira

Equipe: Paulo César Bonfim

Sílvia Vaz Ibiapina

Rosângela Duarte de Almeida

Ricardo Henrique Sousa Moreira

Coordenadoria de Comunicação Social – CCS

Coordenadora: Priscila Delgado de Carvalho

Equipe: Veronica Duarte R. de Araujo

Livia Domeneghetti Davanzo

Carolina Menkes Reis

Coordenadoria Jurídica – Conjur

Coordenador: Fernando Augusto Nazaré

Núcleo de Apoio aos Projetos de Gestão – NAPG

Coordenadora: Tânia Regina Zamberlam

Equipe: Marcos Wonder de Souza Mota

Roger Cael de Magalhães Mello

Samuel Cardoso de Souza

Núcleo de Apoio aos Órgãos Colegiados – NAOC

Coordenadora: Mariza Bezerra Guimarães Moreira

Equipe: Fabiana Cristina Guimarães de Lima

Carlene de Souza Dias Rezende

Elayne Cristina Ferreira Passarella

Setor de Apoio Administrativo – SAA**Coordenador:** Wladimir Rogério dos Reis**Equipe:** Antônio Carlos Everton Muniz

Ronaldo Firmo Furtado

Fábio Almeida da Trindade

Eduardo de Jesus Souza

Camila Dias de Lima Silva

Sâmia Cristina Paixão de Melo

Antônio Caldas Serafim Sobrinho

Setor de Informática – SI**Coordenador:** Elton Ramos da Silva**Equipe:** Guilherme Coelho Rodrigues

Gleice Louise Garcia Costa

Gedalias Hugo de Oliveira Valentim

Inaldo Ramos Ribeiro

Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop**Coordenador:** Cláudio Henrique Pedrosa**Equipe:** Natasha Ramos Reis da Fonseca

Mateus de Castro Castelluccio

Raquel de Souza Barbosa Silva

Assessoria de Projetos Especiais

Márcia Machado

Michael Molinari de Andrade

TERCEIRIZADOS**Assessoria Parlamentar**

Cortês e Zupiroli Advogados Associados

Auditoria

Via Consult – Auditoria, Consultoria e Treinamento

Serviços Gerais

Millenium Construções



**Conselho
Federal de
Psicologia**

